

Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2006

- RAIS 2006 -

Principais Resultados

A RAIS - Relação Anual de Informações Sociais – é um registro administrativo instituído pelo Decreto nº 76.900/75, de responsabilidade do Ministério Trabalho e Emprego, criado com fins operacionais, fiscalizadores e estatísticos. Sua declaração é anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional, independentemente de possuírem ou não empregados. Dado a sua cobertura acima de 97% do universo formal, é considerada um Censo anual do mercado de trabalho formal. Ela contempla todos os empregados formais celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros.

Operacionalmente, a principal função desse registro administrativo é viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao abono salarial. Em 2006, foram identificados 13,904 milhões de trabalhadores com direito ao abono salarial, ante 11,748 milhões em 2005. Estatisticamente, a RAIS contém uma gama enorme de informações, permitindo cruzamentos de variáveis em níveis bastante desagregados, chegando em município (5.625) e classe econômica (673). Grosso modo, as informações estatísticas da RAIS permitem dois focos: no estabelecimento e nos empregados. Sobre os estabelecimentos, existem dados sobre natureza econômica, classificação da atividade econômica, porte, entre outros. No que diz respeito aos empregados, pode-se obter dados sobre gênero, remuneração, grau de instrução, ocupação, etc.

Cabe ressaltar que no ano de 2006 a RAIS adotou a nova classificação de atividade econômica CNAE 2.0, captando a informação pela primeira vez com o nível de desagregação de subclasse. Apesar da captação ter sido em nível de subclasse, a divulgação da CNAE 2.0 contemplará apenas os primeiros 5 dígitos (classe). Na visão da CNAE 1.0, por seu turno, será disponibilizado somente o recorte de seção e divisão, uma vez que a conversão da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0 ocasionou ruptura na série histórica de determinados grupos e classes. Aliás, mesmo nos níveis de seção e divisão, recomenda-se cautela na análise e na interpretação das informações. Para maiores esclarecimentos, recomendamos ler Nota Técnica nº 073/2007.

Principais Resultados da RAIS 2006

Em 2006, o Produto Interno Bruto apresentou um crescimento na ordem de 3,7% mais favorável que o registrado no ano anterior (2,9%), resultante dentre outros fatores do aumento da massa salarial e da oferta de créditos. Essa expansão do PIB em 2006 refletiu-se positivamente no mercado de trabalho nesse ano.

De acordo com a RAIS, no ano de 2006, foram gerados **1,917 milhão** de empregos formais, o melhor resultado, em números absolutos, da série histórica, iniciada em 1985. Em termos relativos, esse aumento representou uma elevação de 5,77% no estoque de 33,2 milhões em 2005, atingindo o patamar de 35,2 milhões de vínculos empregatícios em 31 de dezembro de 2006. Tais dados foram oriundos da declaração de cerca de 2.834 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que comparativamente ao ano anterior, indica uma elevação de 4,0%.

Do total de empregos criados no ano em análise, segundo a RAIS, 1,535 milhão foram com carteira assinada e 382 mil estatutários, representando um crescimento de 5,87% e 5,40%, respectivamente, o que confirma a tendência captada tanto pelo CAGED, no que se refere aos empregos celetistas (+1,228 milhão empregos ou + 4,72%), como pela PNAD com respeito aos dois tipos (+1,265 milhão empregos CLT ou + 4,67 % e 404,1 mil Estatutários ou + 7,35%).

Com relação à remuneração média dos trabalhadores, os dados apontam uma elevação de 5,86%, em termos reais, tomando como referência o mês de dezembro de 2005 e o deflator INPC. Isso possibilitou juntamente com o aumento do emprego em 5,77% uma elevação expressiva da ordem de 11,96% na massa salarial, o maior aumento deste indicador desde 1995, que atingiu o montante de 43,5 milhões em dezembro de 2006.

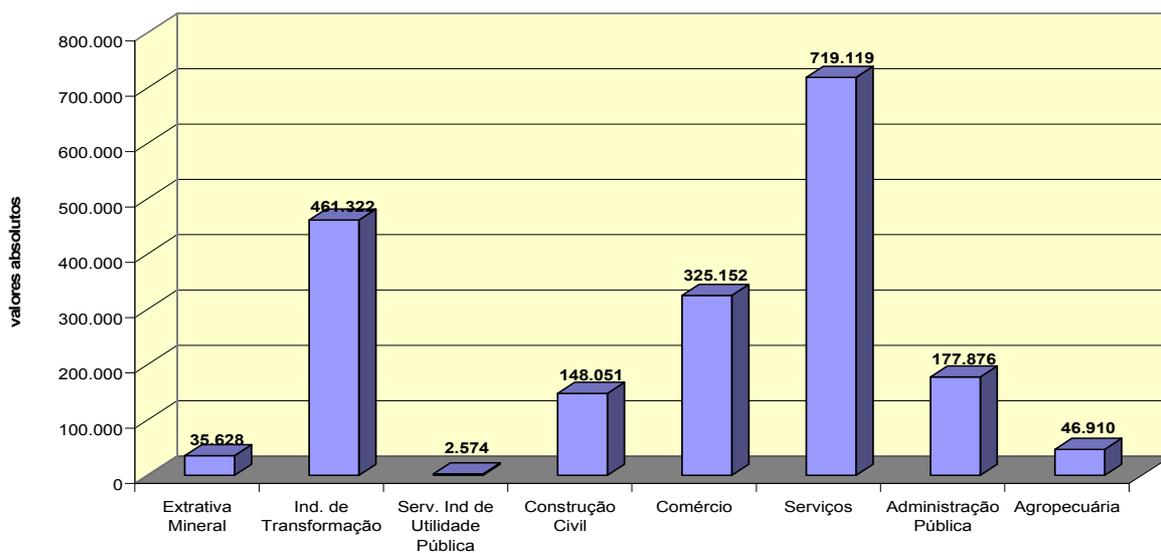
I - Emprego:

Antes de iniciar a análise dos dados por setor de atividade econômica, é importante lembrar que, conforme mencionado no primeiro parágrafo, a RAIS passou a adotar a nova classificação de atividade econômica, denominada de CNAE 2.0, cujos resultados devem ser vistos com cautela, pois alguns setores apresentaram mudanças expressivas que não necessariamente significam geração de empregos, mas um melhor reenquadramento.

Neste sentido, a leitura dos dados da RAIS 2006 mostra uma expansão generalizada do nível de emprego em todos os setores de atividade econômica, cabendo destacar, em termos absolutos, os setores de Serviços (+719,1 mil empregos ou +6,84%), a Indústria da Transformação (+461,3 mil empregos ou +7,52%), o Comércio (+325,2 mil empregos ou 5,41%) e a Administração Pública (+ 177,9 mil empregos ou 2,36%). Com relação à Administração Pública, cabe frisar que esse setor reduziu a sua geração de empregos, mas parte dessa retração ocorreu em razão de que alguns estabelecimentos migraram para o setor de Serviços, especialmente para o subsetor de Ensino e Serviços Médicos Odontológicos.

Em termos de crescimento relativo, os melhores desempenhos foram observados nos setores da Extrativa Mineral (+24,14%) e da Construção Civil (+11,89%), ao responderem pelo incremento de 35,6 mil e 148,1 postos de trabalho, respectivamente. No tocante ao setor da Extrativa Mineral, cumpre frisar que esse crescimento deve ser relativizado, uma vez que esse setor se beneficiou com a migração de estabelecimentos de outros subsetores, particularmente da Indústria Química.

Gráfico 1 - Variação Absoluta do Emprego Formal, segundo Setores de Atividade Econômica Brasil 2006



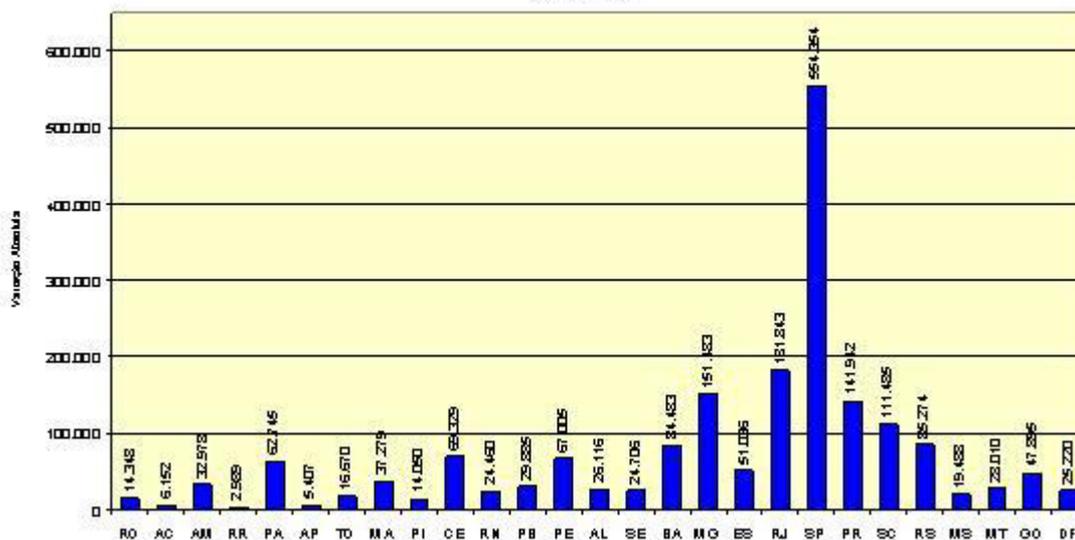
Fonte: RAIS-2006

No que diz respeito ao recorte geográfico, os dados evidenciam uma expansão generalizada do estoque de emprego formal.

Em termos absolutos, os estados que mais geraram empregos foram: São Paulo (+554,4 mil postos, ou +5,68%), Rio de Janeiro (+181,8 mil postos ou +5,70%), Minas Gerais (+151,5 mil postos, ou +4,22%), Paraná (+141,9 mil postos ou +6,73%) e Santa Catarina (+111,5 mil postos, ou +7,50%).

Em termos relativos, os destaques ficaram por conta de Tocantins (9,86%), Maranhão (9,32%) e Pará (9,28%) ao responderem pela geração de 16,7 mil, 37,3 mil e 62,7 mil empregos, respectivamente. (ver tabela anexa).

Gráfico 2 - Variação Absoluta do Emprego Formal segundo as Unidades da Federação - Brasil 2006



Fonte: RAIS/MTE
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Ao tomar como referência os dados segundo o grau de instrução, com recorte por gênero, observa-se que os extratos com menor escolaridade (até Ensino Fundamental incompleto) foram os que evidenciaram desempenhos mais desfavoráveis, afetando ambos os sexos com predominância dos trabalhadores cuja escolaridade situa-se no extrato da 4ª série completa (-3,24%), com destaque, em termos relativos, para as mulheres (-3,63% ou -22,0 mil) e, em absolutos, para os homens (-3,10% ou -53,1 mil postos). Em sentido oposto, os dados evidenciam que as taxas de crescimento mais expressivas ocorreram nos níveis de escolaridade Ensino Médio completo (+11,7%) e Superior incompleto (+10,81%) com incidência em ambos os gêneros. Em termos absolutos, a maior geração de empregos ocorreu no grau de instrução de Ensino Médio completo, tanto para os homens quanto para as mulheres (+755,1 mil e 544,8 mil, respectivamente). Cumpre destacar também a predominância de geração de empregos para as mulheres no grau de instrução Superior completo (164,9 mil ante 73,4 mil dos homens) e Superior incompleto (75,9 mil para as mulheres ante 70,5 mil para os homens).

TABELA 1
NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA SEGUNDO GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO – BRASIL – 2005 E 2006

Grau de Instrução	2005			2006			Variação Absoluta			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	208.757	47.284	256.041	203.255	47.435	250.690	-5.502	151	-5.351	-2,64	0,32	-2,09
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.257.580	364.532	1.622.112	1.227.317	354.671	1.581.988	-30.263	-9.861	-40.124	-2,41	-2,71	-2,47
4ª série completa do Ensino Fundamental	1.713.116	607.067	2.320.183	1.660.019	585.022	2.245.041	-53.097	-22.045	-75.142	-3,10	-3,63	-3,24
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.492.995	968.122	3.461.117	2.503.134	946.666	3.449.800	10.139	-21.456	-11.317	0,41	-2,22	-0,33
8ª série completa do Ensino Fundamental	3.583.499	1.622.708	5.206.207	3.699.736	1.719.284	5.419.020	116.237	96.576	212.813	3,24	5,95	4,09
Ensino Médio incompleto	1.877.305	1.000.334	2.877.639	1.974.296	1.054.645	3.028.941	96.991	54.311	151.302	5,17	5,43	5,26
Ensino Médio completo	5.924.415	5.189.016	11.113.431	6.679.517	5.733.776	12.413.293	755.102	544.760	1.299.862	12,75	10,50	11,70
Superior incompleto	642.168	711.390	1.353.558	712.623	787.247	1.499.870	70.455	75.857	146.312	10,97	10,66	10,81
Superior completo	2.132.276	2.896.053	5.028.329	2.205.648	3.060.958	5.266.606	73.372	164.905	238.277	3,44	5,69	4,74
Total	19.832.111	13.406.506	33.238.617	20.865.545	14.289.704	35.155.249	1.033.434	883.198	1.916.632	5,21	6,59	5,77

Fonte: RAIS/MTE
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Os dados relativos à faixa etária apontam que, com exceção da compreendida entre 16 a 17 anos, que registrou um declínio de 2,07% no estoque de empregos ou -6.506 postos, as demais faixas etárias apresentaram elevação no contingente de trabalhadores formais. Em termos relativos, o maior aumento ocorreu para a faixa etária de 50 a 64 anos (+9,77%), seguido daquela entre 25 a 29 anos (7,63%). Em números absolutos, a maior geração de empregos foi observada na faixa etária de 30 a 39 anos (+482,7 mil postos), de 25 a 29 (+436,5 mil) e de 40 a 49 anos (+433,4 mil postos).

TABELA 2
NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA BRASIL – 2005 E 2006

Faixa Etária	2005	2006	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
De 16 a 17 anos	314.314	307.808	-6.506	-2,07
De 18 a 24 anos	6.078.711	6.265.835	187.124	3,08
De 25 a 29 anos	5.720.014	6.156.466	436.452	7,63
De 30 a 39 anos	9.679.275	10.161.965	482.690	4,99
De 40 a 49 anos	7.384.324	7.817.748	433.424	5,87
De 50 a 64 anos	3.798.220	4.169.286	371.066	9,77
65 anos ou mais	243.537	258.397	14.860	6,10
Total	33.238.617	35.155.249	1.916.632	5,77

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE
Nota: No Total estão incluídos os ignorados.

Com relação aos dados por tamanho do estabelecimento, verifica-se que todas as faixas apresentaram expansão, cabendo destacar aquelas com estabelecimentos com mais de 1000 empregos (+7,13% ou +613,3 mil empregos, melhor desempenho em termos relativos e absolutos) e os que tinham de 500 a 999 vínculos ativos (+6,42%, a segunda maior taxa de crescimento ou + 185,8 mil postos). Em termos absolutos, a segunda e a terceira maior geração de empregos ocorreu nas faixas entre 100 a 249 vínculos ativos (+212,4 mil ou +6,10%) e entre 20 a 49 vínculos ativos (+211,1 mil ou +5,56%).

TABELA 3
NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA
SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - BRASIL – 2005 E 2006

Tamanho do Estabelecimento	2005	2006	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
Até 4 vínculos ativos	3.000.624	3.110.988	110.364	3,68
De 5 a 9 vínculos ativos	2.770.157	2.880.734	110.577	3,99
De 10 a 19 vínculos ativos	3.046.771	3.199.514	152.743	5,01
De 20 a 49 vínculos ativos	3.799.402	4.010.532	211.130	5,56
De 50 a 99 vínculos ativos	2.675.306	2.812.360	137.054	5,12
De 100 a 249 vínculos ativos	3.484.508	3.696.936	212.428	6,10
De 250 a 499 vínculos ativos	2.967.526	3.150.686	183.160	6,17
De 500 a 999 vínculos ativos	2.894.893	3.080.722	185.829	6,42
1000 ou mais vínculos ativos	8.599.430	9.212.777	613.347	7,13
Total	33.238.617	35.155.249	1.916.632	5,77

Fonte: RAIS/MTE
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

II - Remuneração:

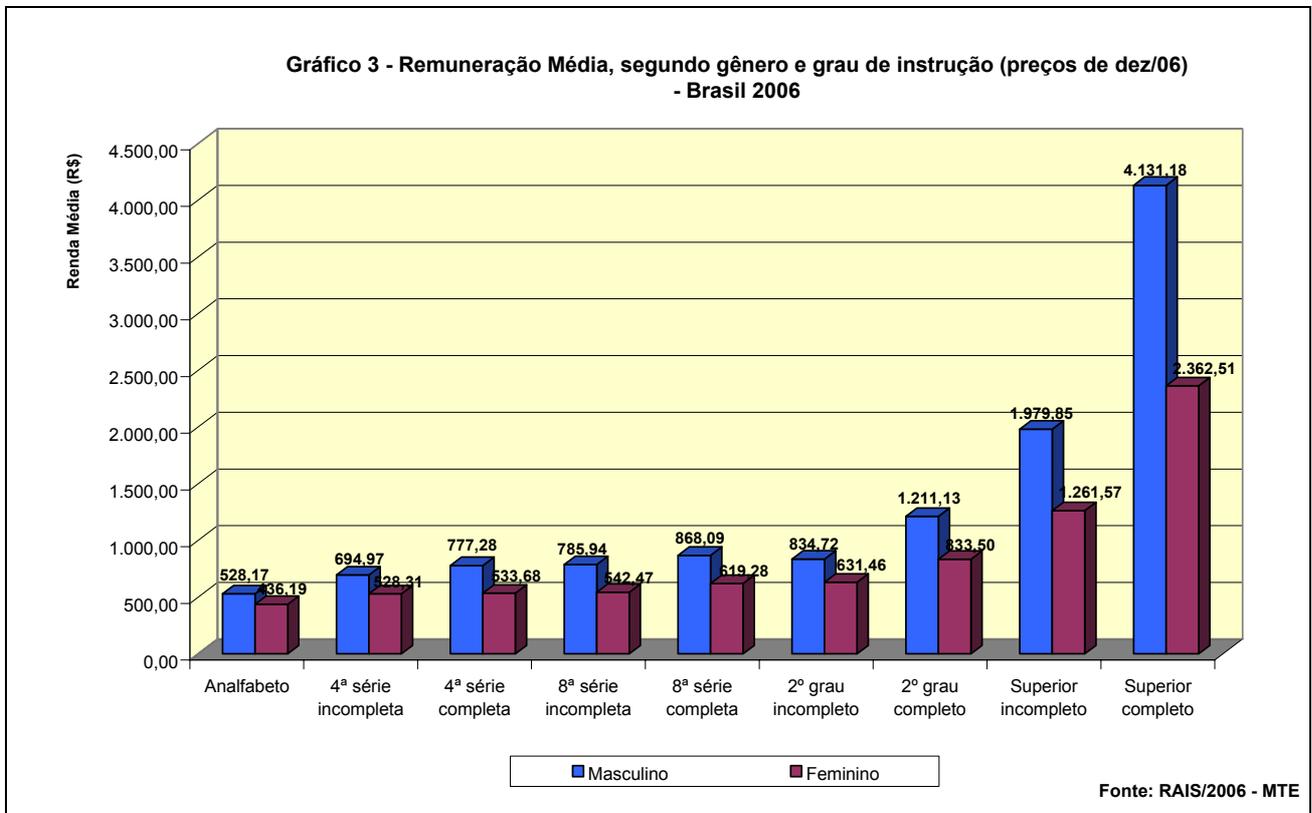
Com relação aos dados sobre os rendimentos médios dos trabalhadores, com recorte por Unidade da Federação, observa-se uma elevação generalizada, com variações que oscilam entre 2,69% em São Paulo a 17,87% no Distrito Federal, resultando no aumento real médio de 5,86%, comparativamente ao ano anterior (deflator INPC), o maior da série histórica desse indicador, desde 1996.

A análise dos valores dos rendimentos percebidos pelos trabalhadores por nível geográfico, à semelhança do que vem apontando outras fontes de informações, mostra um Brasil que convive com diferenças expressivas nos rendimentos médios entre as Unidades da Federação que, segundo a RAIS, variam de R\$ 852,21 no estado da Paraíba a R\$ 2.769,58 no Distrito Federal, um diferencial de 225%.

Os dados segundo gênero apontam que o rendimento médio da mulher continua se elevando gradativamente em relação ao rendimento percebido pelos homens. Em 2004, o rendimento médio da mulher equivalia a 81,2% do rendimento médio do homem; em 2005, esse percentual elevou-se para 82,1%; e, em 2006, atingiu 83,2%. A elevação observada em 2006 reflete o aumento real de 6,74% nos rendimentos das trabalhadoras, superior ao obtido pelos homens (5,46%).

Quando se toma como referência os dados de rendimentos segundo gênero com desagregação por nível de instrução, percebe-se que em todos os níveis o aumento real da remuneração média feminina supera o obtido pelos homens. Contudo, o rendimento médio

feminino continua em patamar inferior ao auferido pelos trabalhadores masculinos, particularmente no grau de instrução superior completo, cuja representatividade atinge 57,19%. Essa participação não pode ser atribuída na sua totalidade a diferenças na jornada, visto que a média de horas contratadas masculina nesse nível de instrução é de 36,46 horas e a feminina é de 34,5.



Quanto aos dados dos rendimentos médios por subsetor de atividade econômica, nota-se uma elevação quase generalizada, porém permeada de uma grande heterogeneidade de comportamento. Temos, de um lado, a Extrativa Mineral, evidenciando um valor máximo de aumento real (46,69%), que deve ser relativizado pelos motivos relacionados à mudança da CNAE já mencionados, que implicou na incorporação de trabalhadores de outros segmentos com salários mais altos, especialmente, oriundos da Indústria Química, seguido da Administração Pública Direta e Autárquica (+ 11,63%). Do outro lado, temos a Indústria Química, que registrou uma redução no rendimento médio (-1,72%), justificada, em grande parte, pela migração dos empregos desse setor com salários mais altos para a Extrativa Mineral.

Da análise setorial depreende-se também que, à semelhança do recorte por UF, existem diferenças marcantes entre as próprias remunerações médias, com picos no setor Extrativa Mineral (R\$ 3.236,44) e no subsetor das Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização (R\$ 3.106,60) e com valores mínimos no setor da Agropecuária (R\$621,61) e na Indústria de Calçados (R\$641,83). Esse tipo de comportamento reflete a heterogeneidade peculiar do nosso país.

Os dados relativos à massa salarial mostram um aumento real expressivo da ordem de 11,97% entre os anos de 2006 e 2005, tomando-se como referência a posição de dezembro de cada ano. Essa variação percentual é a maior já registrada desde 1996. Essa

elevação foi oriunda da expansão dos rendimentos médios de 5,86% e da elevação do emprego formal de 5,77%.

No que se refere às informações por tamanho de estabelecimentos, percebe-se ganhos reais expressivos em todos os extratos, com destaque para os extremos, ou seja, naqueles que possuíam 1.000 ou mais vínculos empregatícios ativos (+8,21%) e naqueles com até 4 vínculos ativos (+ 5,45%). O menor aumento ocorreu nos estabelecimentos que possuíam entre 50 a 99 (+2,84%) e entre 100 a 249 vínculos (2,85%) empregatícios em 31 de dezembro.

TABELA 4
REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2006 (1)
BRASIL - 2005 E 2006

Tamanho do Estabelecimento	2005	2006	Var. Rel. (%)
Até 4 vínculos ativos	563,06	593,76	5,45
De 5 a 9 vínculos ativos	684,72	717,27	4,75
De 10 a 19 vínculos ativos	808,49	835,74	3,37
De 20 a 49 vínculos ativos	933,87	961,96	3,01
De 50 a 99 vínculos ativos	1.059,69	1.089,81	2,84
De 100 a 249 vínculos ativos	1.224,83	1.259,74	2,85
De 250 a 499 vínculos ativos	1.301,35	1.367,70	5,10
De 500 a 999 vínculos ativos	1.418,10	1.486,37	4,81
1000 ou mais vínculos ativos	1.645,29	1.780,43	8,21
Total	1.167,81	1.236,19	5,86

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (1) Deflator INPC